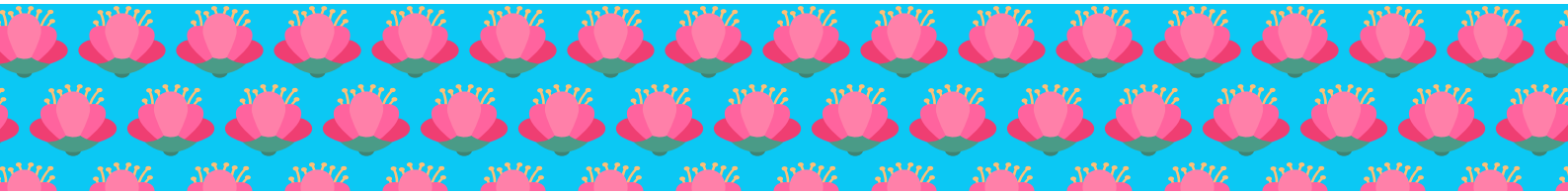
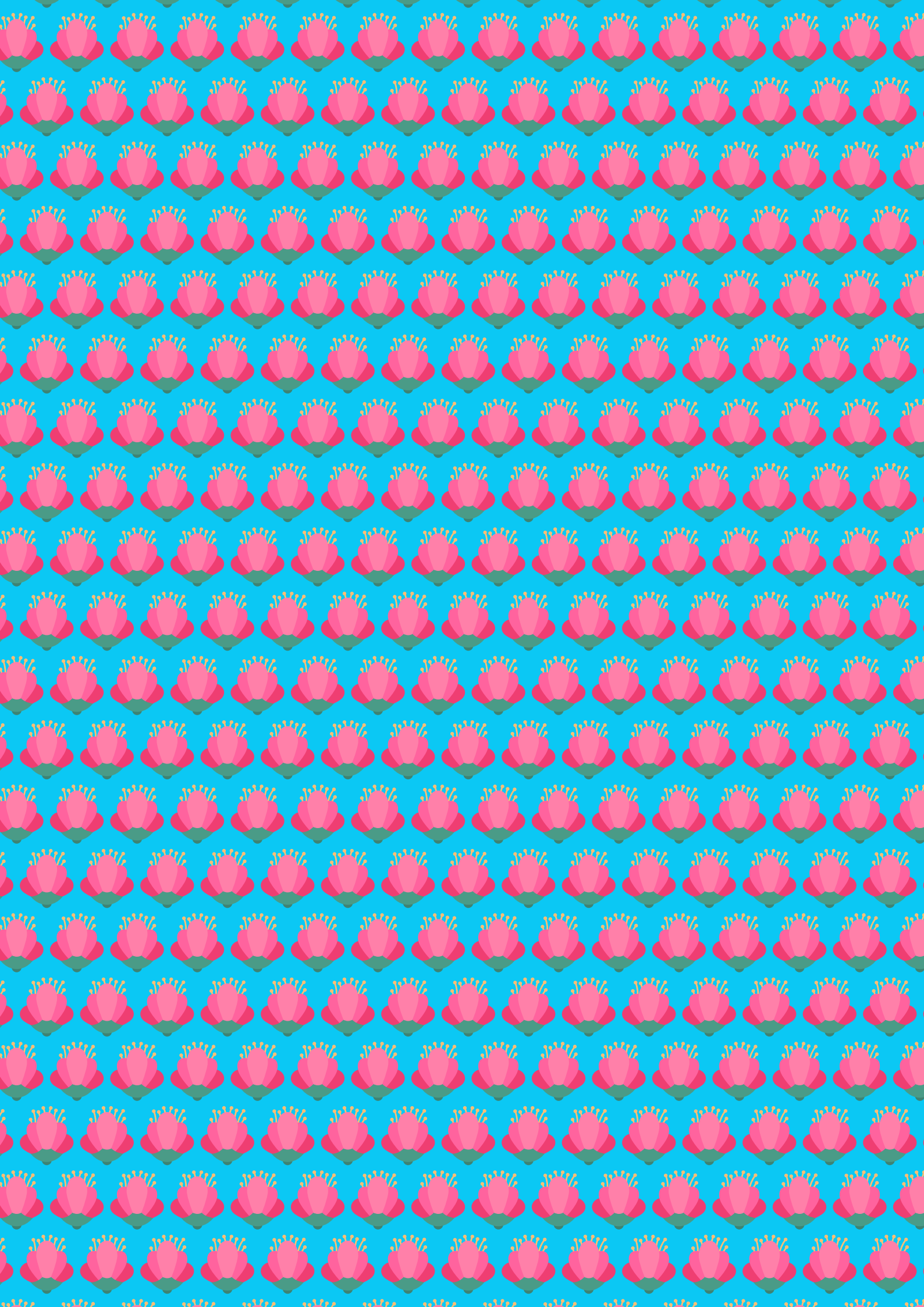


ENTREVISTA





Entrevista com Denise Bottmann realizada por Luci Collin em 2019

Luci Collin

Universidade Federal do Paraná (UFPR)



Denise Bottmann. Imagem: Federico Carotti

Qorpus - Vamos começar com dados biográficos, com uma breve retrospectiva, incluindo as suas primeiras leituras...

Denise Bottmann (DB) - É curioso fazer um apanhado retrospectivo assim. A gente nunca sabe bem o que está vivendo enquanto está vivendo aquilo, não é mesmo? Depois as coisas se amontoam e, olhando para trás, mesmo que num recorte bastante relativo, as coisas parecem adquirir uma consistência, uma possibilidade de caracterização que não tinham na época.

Nasci mais de sessenta anos atrás, em 1954. Então, naquela época, nem televisão tinha na maioria das casas. Era jornal, revista, rádio, vitrola, livro. Acho que meus pais compraram uma televisão só em 1960 ou 1961, e eu assistia só uma hora por dia, e era aquele programa infantil com a Cidinha Campos, às quatro da tarde.

Com sete anos, peguei sarampo e fiquei uma semana de cama. Meu pai, que era um doce de pessoa, já no segundo dia passou na Biblioteca Monteiro Lobato, lá na Vila Buarque, em São Paulo, e tirou um livro para mim. Era *As reinações de Narizinho*. Eu já sabia

ler, claro, estava no segundo ano primário, mas era o primeiro livro-livro, parecia até um catatau, com aquela capa dura e folha grossa, que deixava ele bem volumoso. Nossa, tracei o livro; no outro-outro dia meu pai devolveu na biblioteca e trouxe outro, também do Monteiro Lobato – não lembro bem qual, mas tinha o Visconde de Sabugosa na capa. No sexto dia, veio mais um livro, e esse nem sei qual foi. Mas a partir daí virei leitora compulsiva. Por sorte, em casa, mesmo a gente não tendo muitos recursos, havia uma bibliotecazinha bem razoável. E existiam na época umas coleções infantojuvenis bem legais, *Trópico Ilustrado*, *Tesouro da Juventude*, mesmo a *Biblioteca Larousse*, que dava para ler e reler. No final de semana, com a mesadinha que eu ganhava, ia na banca de jornal e comprava revistinha. Além disso, mesmo já com televisão em casa, à noite a gente não assistia, mas ficava conversando, jogando algum jogo de baralho ou palitinho e fazendo palavra cruzada! Eu adorava fazer com meu pai porque ele fingia que não sabia alguma palavra e me dizia para ir procurar no dicionário. Então dicionário sempre foi uma coisa muito amiga para mim, desde menina.

Bom, depois dessa fase inicial, o mais marcante foi mais ou menos a partir do terceiro ginasial, com uns doze anos de idade: o colégio onde eu estudava, o Rio Branco, tinha uma biblioteca que foi meu encanto por muito tempo. A gente tinha de pedir o livro no balcão, para a bibliotecária, que ia pegar na estante. Sei que, depois de um tempo, ela me deixava entrar sozinha e percorrer as prateleiras, para escolher o que quisesse.

Em suma, lia muito, basicamente literatura, desde Mika Waltari, Vicki Baum, Somerset Maugham, Jorge Amado, José Mauro de Vasconcelos a Kafka, Maupassant (que era da minha mãe e ela me proibia ler, pois dizia que eu era muito menina para aquilo, mas eu lia escondido mesmo assim), Tchekhov num volume lindo de contos que minha tia-avó me deu no meu aniversário de doze anos, até um Thomas Mann lá de casa que não dei conta de acabar, *Os Buddenbrook*. Mas não só; adorava mitologia, história geral e ganhei dois volumes maravilhosos sobre mitologia, um do Thomas Bulfinch, bem famoso, o outro não lembro. Li umas oitocentas vezes cada um deles.

Claro que, a essas alturas, meu português era bem razoavelzinho, sentia-me à vontade na língua, com facilidade de escrever. Mas não que desse muito para exercer meus pendoros literários nas aulas propriamente ditas, porque era tudo na base da decoreba: história, geografia, matemática, ciências, inglês, francês e mesmo português. Nas aulas de português, a parte de leitura era, com uma tediosa previsibilidade, Machado de Assis (o de *Helena* e *Iaiá Garcia*, e não *Brás Cubas* ou *Memorial de Aires*, que hoje em dia é meu favoritão do Machado), José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Castro Alves, Olavo Bilac... Redação, só uma vez por semana.

Em paralelo, uma coisa que estava sempre presente em casa eram as línguas estrangeiras: minha mãe dava aulas de inglês para alguns alunos particulares, meu pai sabia alemão e às vezes ficava praticando a escrita gótica clássica, minha irmã tinha o Yazigi e o Nancy. E veja como é bizarra essa coisa de família: todos tão envolvidos em línguas e eu fugia das aulas de inglês na escola pedindo dispensa, alegando que já sabia muito inglês por causa da minha mãe (o que, claro, não era nem remotamente verdade); a única coisa que eu sabia em alemão era contar até dez; passei anos implicando com francês, cabulando todas as aulas que conseguisse, até ficando de segunda época...

Tudo isso na época do ginásio. Aí escolhi o clássico e, por alguma razão súbita e misteriosa, apaixonei-me pelo francês. O professor, que era o mesmo do ginásio, nem acreditou e dava risada. Virei ótima aluna de francês. E lá ia de Racine, Chateaubriand, Hugo, Verlaine, e a gente tinha de decorar os poemas em casa para recitar na chamada. Quase cinquenta anos depois, ainda me lembro da diversão que era enrolar a língua nos “l” para recitar *les sanglots longs des violons de l’automne*. E Baudelaire, claro, o grande preferido do nosso professor: era uma enxurrada de Baudelaires, e na esteira Rimbaud, com uns Villiers d’Isle-Adam de lambugem no meio.

No clássico tinha latim também. Esta é uma das grandes decepções da minha vida. Foi o professor mais deprimente que já conheci, triste, cansado, desanimado, sempre com o ar mais infeliz da face da terra. Três anos que não serviram para quase nada. Melhor nem lembrar. Uma lástima. Em três anos, se chegamos no ablativo absoluto, foi muito.

Mas, na verdade, na escola sempre fui da chamada “turma do fundão”. Ria, conversava, colava nas provas daquelas matérias mais infernalmente tediosas, cabulava aula indiscriminadamente, até chegar no limite máximo de faltas, e ia jogar pingue-pongue no grêmio, que ficava no térreo. Paixão por alguma matéria só tive duas: geografia com um professor que era incrível e foi o único ser no ginásio que me levou a pedir para uma colega que sentava bem na frente para trocar de carteira comigo durante as aulas dele. Pena que foi só um ano. E francês, já no clássico.

Quanto ao inglês, fui fazer fora. Muitas coleguinhas faziam a Cultura Inglesa, que ficava perto, ali em Higienópolis. Meus pais me resolveram pôr na UCBEU (União Cultural Brasil-Estados Unidos), que era longe, numa paralela da Paulista, tinha de tomar ônibus, mas minha mãe adorava o inglês americano: ela tinha feito o Bennett no Rio de Janeiro, e acho que foi por isso que resolveu me botar na União Cultural. Não foi nenhuma grande paixão, mas fiz lá até o começo do intermediário (o avançado foi só anos depois, em Curitiba).

O grande marco nessa rotina escolar foi o cursinho. No último ano do clássico, fui fazer

o semi no Equipe, que na época ainda era só cursinho para prestar vestibular. Nossa, que revelação. Foi todo um novo mundo se abrindo para mim.

Mas antes deixa eu contar um detalhe. Outro dia, uns seis meses atrás, pelo mais fortuito dos acasos, encontrei um caderno meu do primeiro clássico, do curso de inglês. Imagine só que fundo de baú! Bom, folheando, sabe o que tinha lá? O caderno era dividido com folhas dobradas separando os temas das aulas: gramática, exercícios, versão e tradução. E lá encontrei três traduções de três contos que o professor tinha dado como lição de casa para a gente fazer. Não lembro onde pus de volta o caderno; senão, eu pegava e ia ver de novo os nomes dos contos; só sei que um deles era, veja só, *A mão do macaco*, do William Jacobs – em suma, eram legais, e a tradução, que reli nesses meses atrás, parecia bem normalzinha, corretinha. Quer dizer, naquela época a gente praticava tradução pelo menos desde os catorze anos de idade. Fazia parte do curso, fazia parte das lições de casa. Tipo, coisa normal, quase trivial.

Mas voltando ao Equipe. Foi lá que tive meu primeiro emprego na vida; isso foi em 1971: eu tinha 16 anos, escrevia bem, e o Gilson Rampazzo, professor de redação do cursinho, me convidou a me juntar com seus assistentes que liam, corrigiam e atribuíam conceito às redações da moçada. Foi lá que então comecei a trabalhar com o Carlinhos e o Zé Antônio - José Antônio Arantes, que veio a se tornar sensível e exímio tradutor.

O Zé trabalhava de revisor na Edgard Blücher e resolveu sair de lá. Então me deu o toque de que ia abrir a vaga, e lá fui eu bater à porta da editora. Me apresentei, fiz teste, passei e fui contratada a título de experiência. A Blücher é uma editora técnica, e eu tinha feito clássico: nada de matemática, física, química ou biologia, a não ser o que se aprendia no ginásial. Imagine! Mas era para revisão da segunda prova e aí o importante eram o português, a atenção e a capacidade de concentração.

Fiquei encantada em aprender coisas do ofício - basicamente as marcações, que não conhecia - e decorar palavras às quais eu devia prestar a maior atenção, que era onde mais passavam as gralhas: nunca me esqueci da biorrefringência (naquela época já era com dois erres e tudo junto, e a atenção que a gente tinha de prestar era no “n”, pois parece que os gráficos viviam imprimindo “biorrefringência”). Se eu pegasse alguma biorrefringência e pedisse um “n”, meu período de experiência estaria no papo, me diziam os colegas.

Fiquei uns dois meses na Edgard Blücher e então saí, por nenhuma razão em especial, talvez por ter em mim uma espécie de bicho-carpinteiro que não me deixava parar por muito tempo em lugar nenhum (mas só depois vim a constatar essa minha tendência) ou por não me sentir especialmente motivada em revisar livros cujo conteúdo transcendia

meu entendimento e que eu não tinha a menor esperança de algum dia vir a apreciar, como merecem ser apreciados todos os livros que a gente lê.

Depois fiquei sabendo que a Abril, que na época era o máximo, ia fazer um teste de revisão. Fiz, passei e entrei como *trainee*. Lá foi sensacional como experiência, embora eu tenha cumprido apenas meus trinta dias e depois puxado o carro. Mas fundamental mesmo foi a Editora Perspectiva, onde fui trabalhar um pouco depois. Foi maravilhoso. Pois contato com o mundo editorial faz muita diferença, toda a diferença, na verdade: você começa a entender o que é um livro.

Nesse meio tempo, entrei na faculdade, na USP, em ciências sociais. Mas era uma coisa deprimente. Isso foi em 1972, maior perseguição política, vários professores exilados, falta de cursos, banheiros pichados de cima a baixo com palavras de ordem e de resistência, coisa e tal. Pedi transferência para o curso de filosofia. Muito chatinho; um professor jovem, pernóstico, entochando *As palavras e as coisas* do Foucault naquela turminha de 17-18 anos. Sem chance, larguei. No ano seguinte tentei de novo; havia um curso novo, que estavam criando naquele ano, de semiótica. Mas nem cheguei a frequentar.

Larguei mão da faculdade, virei macrobiótica, fui morar em comunidade, essas coisas, e aí acho que foi que fiz minhas primeiras traduções do inglês que vieram a ser impressas, voluntárias, claro: um manual de shiatsu e breves artigos para a revista *Satori*, que o prof. Tomio Kikuchi, o grande *sensei* da tchurma, mantinha.

Ou seja, por alguns anos, foi um tal de entrar e sair de faculdade, de pegar mochila e viajar; então fiquei em Curitiba um tempo. Aos 20 anos casei, fomos morar na África (Guiné-Bissau, ambos muito idealistas), tivemos nossa filha, voltamos uns anos depois para o Brasil, retomei a faculdade, separei. É dessa época, 1979-80, que data meu interesse mais constante em tradução. Traduzia poetas que amava (Eliot, por exemplo), e na época andava lendo freneticamente o Debord, Guy Debord, e textos da Internacional Situacionista. Aí, um dia – eu assinava um jornal baiano chamado *O inimigo do rei* – resolvi enviar um textinho do Debord para eles, que traduzi do espanhol. Pois veja: era bem mais pobrezinho o setor editorial naquela época, sob tantos anos de ditadura militar; coisas mais tchans nem se publicavam muito, então muita coisa nova, importante, a gente só encontrava em edições importadas. Havia muitos livros em espanhol, importados sobretudo da Argentina, mas também do México, que eram mais em conta e em maior variedade do que outros importados, disponíveis, por exemplo, na Livraria Francesa. Enviei o texto para o *Inimigo*; publicaram, e traduzi mais alguns. Aí alguém de lá me escreveu avisando que tinham criado uma dissidência e estavam com uma revista, a *Barbárie*. Para a *Bar-*

bárie colaborei com mais algumas traduções voluntárias, sempre de textos situacionistas. Então acho simpático esse começo quando essas minhas traduções começaram a sair: entre macrobióticos e anarquistas, veja só!

Depois fui fazer pós, em Campinas, em 1982, e lá traduzi bastante para uma revista que resolvemos criar, a *RH – Revista de História*; traduzi Lefort, Hayden White e outros, sempre na maior “pirataria”. Não pensávamos em termos de pirataria, nem passava pela cabeça. Se era um texto legal, importante para a área (História, no caso), a gente traduzia e publicava, e pronto. Um dia, me liga uma amiga de São Paulo, a jornalista e tradutora Fátima Murad, que me disse: “Olha, a Brasiliense me ofereceu um livro, mas estou com muito trabalho e não vai dar para pegar. Posso te indicar? Você tem interesse?”. Falei que sim. Bom, então fui até São Paulo, até a Brasiliense, peguei um teste, fiz, passei e fiquei incumbida da tradução: era o livrinho do Perry Anderson, que saiu em 1984 com o título de *A crise da crise do marxismo*. Aí a coisa na Brasiliense engatou: a seguir veio o Wallerstein, depois mais uma meia-dúzia de outros. Havia grande carência de textos historiográficos que eram muito apreciados lá pelo pessoal do departamento, e Edgar De Decca e Michael Hall me apresentaram ao Marcus Gasparian, da Paz e Terra, que estava com a importantíssima obra do Thompson parada lá, precisando de alguém da área para traduzir: *The Making of the English Working Class*. E também nessa época o Luiz Schwarcz estava saindo da Brasiliense para criar a Companhia das Letras e me chamou para ir para lá; isso em 1985. Também fiz algumas coisas nesses anos para a EdUSP e para a editora da Unicamp, bem legais – em suma, sempre textos basicamente acadêmicos, para o público universitário. O leque se ampliou um pouco na Companhia das Letras, passando a traduzir também de outras áreas das humanidades, , do inglês, do francês, do espanhol, do italiano.

Nesse meio tempo, na faculdade, minha tese de doutorado – sobre teoria do conhecimento e modelos explicativos em historiografia - seria uma tradução anotada e comentada da *Scienza Nuova*, de Giambattista Vico, que então era inédita no Brasil. Fiz uma boa parte, com muita leitura de apoio em paralelo. Acabei nunca defendendo, mas foi uma experiência sensacional, que depois se revelou muito importante no tipo de abordagem muito analítica, muito sistemática que me parece indispensável para uma tradução minimamente razoável.

Mas depois, lá por 1995, parei de traduzir. Tinha me mudado com meu companheiro, o Federico Carotti, para Registro, no Vale do Ribeira, e mesmo da Unicamp pedi a conta em 1996 (a essas alturas, desde 1983 eu dava aulas lá, no Depto. de Filosofia, na área de Teoria da História e Epistemologia das Ciências Humanas). Ai, depois de 1995, passei dez anos sem traduzir nada.

Qorpus - Agora, voltemos à tradução. Depois de 10 anos sem traduzir, você voltou ao ofício. Por que essa pausa? Como se deu esse retorno?

DB - Somente em 2005 voltei a pôr a mão na massa, e meu retorno à tradução foi pela Cosac Naify, com o Franco Moretti, e lá comecei também a fazer coisas maravilhosas de história da arte, como Roberto Longhi e Matisse. De lá para cá, a tradução se tornou minha atividade profissional exclusiva, com esse foco mais variado, abrangendo a área de humanidades em acepção ampla, e não só história ou historiografia, nem coisas exclusivamente acadêmicas. Foi na Cosac, aliás, que fiz minha primeira tradução literária, se bem me lembro: *O amante*, de Marguerite Duras.¹ Eu conhecia razoavelmente bem a obra dela e, mesmo meio temerosa, aceitei a proposta.

Assim, se virei “tradutora multifacetada”, como vocês dizem, foi algo meio gradual, que sentia que dava para ir incorporando conforme sentia maior segurança no ofício. E a gente, quando é tradutora profissional e mais ou menos especializada em determinadas áreas, pega um leque de autores de qualidade bastante variada. Em geral, não somos nós que indicamos ou escolhemos os livros nas editoras: quer dizer, você recusa se está entupida de trabalho ou se não domina aquele assunto ou se é algo meio brutal que dá nó nas tripas ou sobre algo com que você não tem a menor afinidade. Então a gente acaba não tendo um gênero preferido – o preferido, nessa ampla variedade, é o que mostra qualidade, seja o autor um teórico da pintura, um historiador, um romancista, um crítico literário ou um biógrafo. E qualidade, para mim, tem a ver com uma mescla sábia, discreta, sutil entre simplicidade e complexidade. Textos triviais costumam ser chatésimos de traduzir, sejam eles de literatura ou de, sei lá, epistemologia. São chatésimos porque dão sono, entediam, despertam vivas réplicas e objeções mentais frenéticas.... Pois claro que a gente, ao traduzir, está é tentando entender e acompanhar o raciocínio do autor ou, em literatura, o método compositivo dele. Os interessantes são aqueles cuja temática, evidentemente, não pode ser totalmente desconhecida para a gente. Um mínimo de desenvoltura na área a gente precisa ter. Mas, voltando, os interessantes são aqueles em que a gente aprende coisas novas, vê uma nova perspectiva dada àquele tema, entra em contato com uma nova interpretação do assunto, e que colocam algum tipo de – detesto o termo, mas vá lá – “desafio” intelectual. Então, naturalmente, claro que você fica dialogando com o autor; se não entende direito o raciocínio, obriga-se a voltar quantas vezes forem para entender melhor o argumento. Não é só entender o que está escrito, as palavras ali impressas; é entender o sentido daquilo e dentro daquele recorte ou daquela proposta do autor. E nunca, nunca,

¹ Minto. Relendo o texto, lembrei que fiz a tradução de *Dáfnis e Cloé* de Longo, a partir da clássica tradução francesa de Pierre Grimal, para a Papyrus de Campinas, em 1990.

jamé dá lavi, você vai achar que é você quem sabe. A gente está ouvindo, por assim dizer, e tentando acompanhar de fato o desenvolvimento da coisa. A gente não é autor; a gente é, digamos, um tipo especial, muito atento, de leitor. Ou como quando você vai ao teatro: você assiste à peça, pode gostar, pode não gostar, pode entender, não entender, entender mais ou menos e pode recontar tudo aquilo com suas palavras, mas não foi você que fez aquilo. Traduzir, para mim, é meio isso. E “direito autoral”, claro que você tem, até por força de lei, mas esse direito autoral é sobre o texto traduzido, sobre aquela coisa que você passou pela sua cabeça e pôs em português, não sobre os dados, a trama, a estrutura argumentativa etc. – tal seria! Somos “autores de obra derivada”, este é o termo jurídico da coisa. Por isso também acho meio bocó falar em “recriação”, “transcrição” etc. O que a gente mais tem numa tradução são limites, e bastante férreos. Tradução às vezes é meio parecida com sudoku.

Qorpus - Poderias então comentar o conceito de tradutor que melhor representa o seu fazer profissional e também os múltiplos conceitos de tradução, como, por exemplo, o proposto por Haroldo de Campos, muito invocado pelos tradutores criativos?

DB - Criar, recriar, transcriar? Desculpe, acho isso mais palavrório bonito do que qualquer outra coisa, uma espécie de fazer da necessidade virtude e criar umas lantejoulas em torno, ou uma maneira de expressar um (justo) orgulho pelo trabalho feito. Mas, por falar nisso, tirando o tom às vezes meio *farfelu*, meio empetecado e precioso, gosto bastante, muito até, de algumas, muitas até, considerações do Haroldo de Campos. De todo modo, criação é criação, tradução é tradução. Não considero tradução, nem a mais sublime de todas, “arte”; tradutor não é artista, é artesão.

No fundo, em tradução você pode fazer qualquer coisa e justificar como bem quiser, ou mesmo achar que não há nada a justificar – “Onde já se viu, justificar! É minha liberdade!”. Mas nem sempre a gente acha umas coisas muito convincentes. Claro que posso traduzir *The book is on the table* por, sei lá, *Alberto escorregou e caiu no rio* ou *O cometa Hailey é visível a olho nu* – nada me impede. Mas não sei se, traduzindo assim, vou conseguir, em primeiro lugar, pagar as contas no final do mês. A menos, claro, e é sempre uma hipótese possível, que eu desenvolva uma belíssima e abstrusa teoria explicando ao comum dos mortais o misterioso processo de reencarnação do verbo e fique famosa dando palestras remuneradas. Quer dizer, nesse sentido, traduzir é uma coisa que chega a ser caótica de tanta liberdade que você tem. Por outro lado, a gente é a gente, né? E cada um tem um jeito de pensar e de entender as coisas. Então creio que a grande, a grandíssima

maioria traduziria *The book is on the table* por *O livro está na, sobre a, em cima da mesa*. Porque existe essa coisa danada que insistem em impingir na gente desde pequenininha, ou com a qual nossa mente vem até ingenuamente estruturada, que é a tal da estrutura da linguagem, sem contar essa coisa incrível, fenomenal, que chamam de “sentido”. Mas enganam-se os teóricos, mesmo os que acho menos escalafobéticos, quais sejam, os de alguma corrente funcionalista de tipo descritivista, que – vi uns meses atrás um artigo muito bom, pena que não lembro o nome – tratam a questão pegando por esse lado da nossa formação, desse nosso intelecto que tem uma certa padronização desenvolvida ao longo dos anos, com um trabalho lógico quase que automatizado, que funciona quase que intuitivamente, isto é, não de maneira analiticamente decupada, para o ato de entendimento e transposição de uma língua para outra – nesse artigo, o autor comentava que esse processamento mental era o que fornecia os resultados preliminares durante uma tradução, que a seguir são reformulados a uma segunda, terceira leituras. Hmmm, não sei se é bem assim. Seria longo discorrer sobre o que penso a respeito, mas posso lhe dizer que, mesmo que a gente tenha essa espécie de automatismo mental – e temos, sim –, o tradutor mais experiente, ou talvez mesmo não muito experiente, mas atento e sensível, não se deixa tanto arrastar por ele. Aliás, que graça teria? O que vejo é uma longa série de fatores que entram em consideração antes de você traduzir até mesmo um *The book is on the table* por *O livro está na, sobre a, em cima da mesa*. A gente não é tão ingênua assim. Pode se sentir autorizada a esse tipo de tradução dependendo do andar da carruagem, digo, do andamento do texto original. Mas o processo de crivo, de seleção, de escolha específica dentro daquele texto determinado – mesmo que se dê de maneira muito rápida, quase instantânea – ocorre antes mesmo de termos tempo de escrever ou digitar uma letra que seja. Aí, claro, a elaboração é contínua, constante, ininterrupta. É fascinante se você parar e pensar na máquina velocíssima que é nosso cérebro. E aí entram sucessivos e infindáveis fatores adicionais, à medida que o texto avança, e claro que com efeitos de retroalimentação para o que já foi formulado previamente, que poderia estar determinando o andamento adotado até aquele momento, mas aí, com o surgimento desses outros fatores, esse andamento não só se altera retrospectivamente, mas o “padrão” que se estabeleceu nessa fase anterior se modifica para o andamento subsequente. É um trabalho mental, só isso. E no qual é melhor você saber do que não saber o que está fazendo: é o que chamo de “tradução refletida” – e refletida não só *a posteriori*, durante releituras e revisões, mas antes (mesmo que numa fração infinitesimal de segundos a cada micro-ocorrência) e durante o próprio ato de traduzir.

E é um gosto – esse trabalho mental não só é muito interessante como fenômeno fisiológico, mas como atividade cerebral bem peculiar. Acho que os neurônios gostam, não enjoam da brincadeira. Aliás, uma coisa que acho muito linda no Manuel Bandeira – profícuo tradutor, e com algumas traduções realmente magníficas – é que traduziu até morrer. Então, penso meio assim: quem tem isso no sangue, quem gosta de traduzir, das charadas mentais que tem de resolver, faz isso a vida toda – com intervalos maiores ou menores, mas faz. E, podendo, quer dizer, não tendo problemas de saúde que prejudiquem a atividade, faz mesmo até o fim.

Qorpus - Como tem, na sua avaliação, sido o percurso do tradutor no Brasil? Você tem um site que é uma referência para todos nós, Não gosto de plágio, e tem sido uma figura central na luta pela visibilidade e pelo reconhecimento do tradutor.

DB - Então imagine só: desde pequena lendo bastante, desde menina aprendendo tradução na escola, já grande traduzindo, depois virando profissional do ofício, depois ainda sentindo grande interesse pela história da tradução no Brasil, de repente você chega e vê um saque descomunal, na maior desfaçatez, com puros intuitos mercantilistas, a um tesouro bibliográfico. Vá lá que nem é um grande tesouro, pois o desenvolvimento de um setor editorial no Brasil, minimamente consolidado e consistente, começou não faz nem cem anos...

Pois então imagine se é possível uma coisa dessas: a pessoa lá suando as estopinhas, esforçando-se, o livro saindo, sendo lido, incorporado à bibliografia traduzida brasileira, vem um desqualificado qualquer e mete a mão? Não tem como: obras de tradução feitas por, sei lá, centenas de pessoas, desde Carlos Porto Carreiro, Jamil Almansur Haddad, Lúcia Miguel-Pereira, Leonor de Aguiar, Boris Schnaiderman, Brenno Silveira, Gulnara Lobato, Araújo Ribeiro, Jacó Guinsburg, Erwin Theodor Rosenthal, Lígia Junqueira Smith, Lúcio Cardoso, Lívio Xavier, Wilson Velloso, Primavera das Neves (Vera Pedroso), o próprio Manuel Bandeira que mencionei há pouco – até o Odorico Mendes, que a certa altura virou “Alex Marins”! E dezenas e mais dezenas de outros. Tudo, tudo surripiado e saindo em nome de terceiros, reais ou fictícios, só para a editora pular uma etapa, delicada e morosa, do processo de edição de um livro e economizar uns tostões. Não tem como ficar quieto, deixar passar batido. Por isso nasceu o *Não Gosto de Plágio*, o blog que criei na esteira da ativa movimentação de um grupo de tradutores revoltados com tais descobertas (iniciadas, diga-se de passagem, por Ivo Barroso, Alfredo Monte e Saulo von Randow Jr.). No *Não Gosto*, a intenção era – e continua a ser – defender nosso patrimônio cultural apresentando cotejos comprobatórios e denúncias dessas falcatruas com divul-

gação na imprensa, em cartas a departamentos de universidades desse Brasilão afora, em contatos com editoras, livrarias, tradutores lesados, nos raros casos que ainda eram/ são vivos, ou com seus sucessores, além de ingressar com pedidos de representação junto aos Ministérios Públicos Estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro e mesmo junto ao Ministério Público Federal. Um fuzuê.

Pois uma questão fundamental é que nosso patrimônio cultural, na parte da letra impressa, passa necessariamente, eu diria até fundamentalmente, por obras de tradução. Devido à posição historicamente dependente, periférica do Brasil e, antes disso e em nível mais fundamental, à própria posição bastante secundária de Portugal e da língua portuguesa na produção do conhecimento ocidental em termos gerais, seja nas ciências, na filosofia ou na literatura, a possibilidade de acesso social aos mais variados ramos de conhecimento, para além do poliglotismo, dependia – muito mais do que em outros países, como a Inglaterra, a França ou a Alemanha, entre outros – da atividade de tradução, da transposição daqueles conteúdos para o idioma nacional, no caso o português lusitano. E no Brasil, ainda mais, evidente. Então não é que fosse uma meia-dúzia de *Sabrinas* de banca de jornal. Estamos falando de obras indispensáveis para a formação básica de um mínimo de bagagem humanista: Aristóteles, Platão, Santo Agostinho, Maquiavel, Locke, Hobbes, Pascal, Descartes, Kant, Darwin, Weber, Von Ihering, sem falar de teatro e literatura, com Sófocles, Shakespeare e tudo o que se possa imaginar entre os canônicos e mesmo não canônicos. Calculo uns vinte milhões de exemplares com traduções espúrias em lares e em bibliotecas públicas, de escolas e universidades. E se você pensar que livro não é propriamente uma laranja, quer dizer, não é perecível, calcule quantas e quantas décadas muitos e muitos milhares de pessoas passarão lendo, estudando, citando tais edições (e muitas vezes estropiadas, para tentar disfarçar a apropriação)... Dá raiva e dá dó.

Felizmente, depois de tanto berreiro e vários anos de alertas e denúncias, os meliantes andaram metendo um pouco a viola no saco. Algumas editoras cessaram completamente com a prática, e até retiraram as obras de circulação. Outras vêm cessando gradualmente, embora mantenham várias das obras espúrias ainda em circulação. E de vez em quando ainda descubro uma ou outra sapequice dessas em alguma pequena editora. Em todo caso, a situação nem se compara à de dez anos atrás, que vinha vicejando alegremente desde um bom tempo antes. Isso é ruim para o setor editorial como um todo, pois são poucas, umas dez, quinze empresas que agem/ agiam assim, mas aí a suspeição respinga de maneira um pouco indiscriminada sobre todo o setor. Então, naturalmente, as boas editoras, as editoras honestas – que, felizmente, compõem a grande maioria do universo editorial – também não gostaram nem gostam nada dessa história toda, dessas outras edi-

toras praticando “concorrência desleal” (como me disse um editor) e criando um clima de desconfiança entre o público leitor. Em certo sentido, esse processo de fraudes e denúncias acabou também contribuindo para uma maior conscientização entre o público leitor quanto à importância da tradução, inclusive em seu papel formador.

Qorpus - O que mais?

DB - Então é isso. A gente traduz porque gosta, a cabeça funciona legal nessa atividade, a gente está sempre vendo coisas novas. Como a quantidade de obras interessantes é absolutamente gigantesca e como, até agora, tenho tido a grande sorte de trabalhar com editores maravilhosos que não acham meu trabalho muito horroroso, espero poder seguir o exemplo do Manuel Bandeira (e de tantos outros!) que comentei acima: traduzir até o final da vida.